



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,46% São Paulo	0,17% Nova York		R\$ 1.621				
	161.973 13/1	12/janeiro 5,372 13/janeiro 5,376 14/janeiro 5,376 15/janeiro 5,368					Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33
	164.799 14/1 15/1 16/1						
		R\$ 5,372 (+ 0,08%)		R\$ 6,231	14,90%	14,88%	

»Entrevista | FLÁVIO ROSCOE | PRESIDENTE DA FIEMG

Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais considera uma “conquista muito grande” a formalização do acordo comercial, mas demonstra preocupação com aumento do peso dos impostos, mesmo com a transição da reforma tributária

“Tem muita sinergia entre UE e Mercosul”

» RAPHAEL PATI

Assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e União Europeia (UE), formalizada no sábado em Assunção, no Paraguai, marca a criação de uma das maiores zonas comerciais do planeta e é uma “conquista muito grande”, de acordo com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe.

Em entrevista ao Correio, ele lembra que as negociações demoraram mais de 25 anos e foram uma das mais longas da história. “Acredito que tem muita sinergia entre União Europeia e Mercosul. Então, nós estamos com muita expectativa para que o acordo entre em vigor o mais rápido possível”, afirma. Segundo ele, o setor está com uma expectativa muito grande para o pacto entrar logo em vigor.

Para Roscoe, há boas oportunidades para a indústria mineira neste ano em que a transição da reforma tributária sobre o consumo entra, finalmente, na fase prática. Contudo, faz ressalvas e demonstra preocupação com o aumento do peso dos impostos sobre o setor devido às exceções na regra. “É preciso reduzir burocracia, reduzir carga tributária. Tudo isso tem que ocorrer, e infelizmente não vem

ocorrendo”, lamenta. Ele não descarta a possibilidade de concorrer para as eleições deste ano.

Com a economia desaquecida, a indústria registrou avanço modesto em 2025. Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que, no fim de 2024 projetava uma alta de 2,1%, mas que deve ter uma expansão um pouco menor, de 1,8%, como publicado no

relatório Economia Brasileira 2025-2026. Para Roscoe, faltaram incentivos para o setor produtivo, pois o governo “fala mais do que faz”.

Além disso, o executivo defende uma política social que não dispute com o mercado de trabalho. “O programa social concorre com o emprego e isso precisa ser corrigido”, frisa. Confira os principais trechos da entrevista:

A fase de transição da reforma tributária começou neste ano. Na sua avaliação, o setor produtivo já deve começar a sentir os efeitos?

Durante a transição, parte do efeito da reforma, que é redução da burocracia, não vai ocorrer, porque você vai ter dois sistemas ao mesmo tempo. Então, é aquele ‘vai piorar antes de melhorar’. E isso vai trazer muita insegurança, muita incerteza nesse momento para as empresas. E período de transição sempre é isso, é um período de incertezas. No primeiro ano, e, de maneira mais robusta em 2027, as empresas vão ter algumas dificuldades, embora elas tenham o ano de 2026 para se adaptarem.

E o senhor já percebe uma movimentação das empresas para se adaptarem ao novo modelo?

Sim, estamos vendo por parte das empresas um preparo, a própria Fiemg também já está começando a promover seminários, discussões, grupos, reuniões para esclarecer dúvidas dos nossos industriais. E também levantar pontos que temos de levar para o governo de correção, porque, nesse momento, sempre está suscetível a corrigir algo que não funciona muito bem.

Como o senhor mesmo já destacou algumas vezes, a reforma veio com um número grande de exceções. O que poderia ter sido feito para evitar isso?

A Fiemg sempre foi contra as exceções. Elas distorcem o sistema e tornam a alíquota mais cara para aqueles que estão nas exceções. Então, a Fiemg combateu todas as exceções, mas elas acabaram correndo. E o fato perverso disso é, exatamente, que vamos ter uma alíquota mais alta. O nosso medo é que a reforma tributária venha a aumentar a carga tributária.

O senhor acredita que ainda há espaço para se discutir uma alíquota menor do que a que vem sendo discutida no âmbito da reforma?

Nós sempre aguardamos, mas, infelizmente, hoje, acho menos provável que isso venha a ocorrer, em função de que a fórmula já está sendo trabalhada de qual deve ser a alíquota.

Sobre o acordo Mercosul-UE, que finalmente foi assinado no sábado, como a Fiemg recebeu essa definição, e como isso pode ser positivo para a indústria local?

Isso é uma conquista muito grande. São 25 anos de negociação. Acho que deve ser das negociações comerciais mais longas da história. E eu acredito que tem muita sinergia entre União Europeia e Mercosul. Então nós estamos com muita expectativa para que o acordo entre em vigor o mais rápido possível.

Em relação à indústria mineira, há também algum potencial de expansão das exportações de alguns produtos?

Vai haver um crescimento muito grande, por exemplo, o próprio setor de confecção, com as pequenas e médias empresas, que não tinham uma entrada favorecida no mercado europeu. Então, vai haver uma diversificação da pauta, porque tinha

Divulgação



As exceções distorcem o sistema e tornam a alíquota mais cara para aqueles que estão nas exceções. Então, a Fiemg combateu todas as exceções, mas elas acabaram correndo”

Considerando que estamos em ano eleitoral, o que o senhor espera do próximo presidente que assumir o Planalto para fortalecer a indústria nacional?

Espero que a indústria seja efetivamente valorizada. O que vemos, hoje, é uma ação no dia a dia que só traz ônus para a indústria. Nós estamos com a pauta 6x1, nós estamos com o governo com uma política muito ampla de políticas sociais, com as quais não temos nada contra, mas elas não dialogam com o mercado de trabalho. As políticas sociais têm que dialogar com o mercado de trabalho. O cara que está no programa social não pode virar inimigo do emprego formal. Porque, hoje, é isso, ele é inimigo. Se ele receber o auxílio, não pode estar empregado. O programa social concorre com o emprego e isso precisa ser corrigido.

De que maneira essas distorções que o senhor aponta poderiam ser corrigidas?

E eu já levei essa proposta para o governo algumas vezes. Quem está fora do programa social também tem que ter acesso ao programa social. Eles não podem fazer com que o indivíduo, ao invés de procurar emprego, tenha de ‘profissão’ receber auxílio social do governo. Então, o governo tem que encontrar uma fórmula para que a pessoa com emprego e com renda baixa também receba o programa, para que ela não opte por ficar no programa ao invés de trabalhar. E quem está no programa possa trabalhar sem perder o programa. Porque hoje, como ele está desenhado, ele vira rival. Ou trabalha ou recebe o auxílio.

Esse fato desincentiva o emprego no país, na sua avaliação?

Hoje a pessoa faz a conta. Eu fico no programa social, eu vou ganhar ‘x’. E se eu fizer 10 bicos por mês, com os dois somados, eu ganho muito mais dinheiro do que empregado. Às vezes, ela ganha muito mais do que um salário mínimo. Uma diária hoje, dependendo da região, é entre R\$ 200 e R\$ 250 de trabalhador informal, para fazer um monte de bico. Ele faz a conta e fala: “Não, eu prefiro ficar informal, ganho os 1.000 aqui do Bolsa Família, tranquilo, e espero o final do mês. E aí vou fazendo bico. Isso é injusto com quem trabalha e é injusto com quem está contribuindo para a previdência, por exemplo. E é injusto até com quem está no programa social, porque poderia estar procurando emprego e recebendo do governo. Então, temos que fazer com que haja esse diálogo entre o mercado formal de trabalho e o Bolsa Família.

O senhor pretende concorrer às eleições neste ano e, se sim, já há algum cargo definido?

Eu tenho recebido algumas propostas. E temos dialogado com as lideranças políticas de Minas Gerais. Temos feito esse diálogo permanente e eu estou estudando ainda essa possibilidade. Mas as conversas têm sido boas.

O governador Romeu Zema, inclusive, falou recentemente em unificar a direita em torno do nome de seu afilhado político Matheus Simões. O senhor acredita na unificação da direita em torno desse nome ou acha que a direita está mais dividida no estado?

Eu acho que esse é um quadro que vai se configurar mais próximo das eleições. Hoje seria um risco muito grande eu firmar uma posição aqui. No atual cenário, eu não vejo esse cenário se realizando hoje, mas ele pode se realizar no futuro. Mas hoje eu não eu não enxergo ainda essa configuração. Agora, essa união vai se dar no segundo turno, de qualquer maneira. Mas pode ser que se costure uma aliança no primeiro turno e, aí, nem haja segundo turno. Se você unificar a direita, automaticamente você unifica a esquerda. Então, viraria uma eleição de primeiro turno, que não é o normal, por isso que eu estou dizendo que ainda é muito cedo, porque não tem acontecido isso nas outras eleições. Então, eu não posso dizer que vai ocorrer.

Mas pode ocorrer?

Pode. Mas eu não consigo nesse momento fazer uma previsão adequada. Agora, o governador está mais enfreado do que eu e eu acho que ele está trabalhando para que isso aconteça. Mas analisando o quadro de hoje na direita, você tem pelo menos dois candidatos anunciados: o Cleitinho e o próprio professor Mateus (Simões). O PL ainda não anunciou candidato, mas com a candidatura presidencial, eu acho que é natural que o PL tenha um palanque em Minas Gerais. Então, hoje, eu entendi a fala do governador no sentido que a tarefa dele é fazer com que haja um palanque só, mas hoje, até o momento, aparentemente vai haver mais de um palanque.